

O QUE HAVIA NAS TERRAS: ESTRUTURA PATRIMONIAL E ECONÔMICA DAS FAZENDAS DE GADO VACARIENSES NO INÍCIO DO SÉCULO XX

WHAT WAS IN THE LANDS: EQUITY AND ECONOMICAL STRUCTURE OF THE VACARIENSES CATTLE FARMS IN THE BEGGINIG OF THE XX CENTURY

Andréa Pagno Pegoraro¹

RESUMO

Buscando compreender melhor a formação do território brasileiro e o modo como se procediam as organizações patrimoniais, através do uso de inventários *post-mortem* e autos de medições de propriedade, nosso trabalho tem como objetivo analisar a estrutura agrária do Rio Grande do Sul entre 1889 e 1930. Considerando a predominância da atividade pecuarista na região, nosso trabalho pretende evidenciar de que modo as concepções e práticas referentes à propriedade e à estrutura patrimonial fundiária e econômica em Vacaria/RS estão inseridas no cenário sul rio-grandense e nacional durante a Primeira República Brasileira. Através da análise dos inventários *post-mortem*, identificamos as bases produtivas predominantes nas fazendas, relação do número de animais, diversidade de rebanhos, tipos de habitações, delimitação das terras, entre outros aspectos. Os documentos permitem compreender o padrão social predominante, a organização familiar e o modo como as heranças eram transmitidas entre os herdeiros, revelando também aspectos do cotidiano como costumes, crenças e tradições. Traremos neste artigo algumas discussões referentes ao modo como os patrimônios estavam divididos, quem eram os grandes fazendeiros gaúchos e vacarianos do início do século XX, a importância conferida à terra e o que havia nas grandes e pequenas propriedades. Discutiremos também as permanências ou as mudanças na estrutura econômica no primeiro trintídio do século XX com relação ao século XIX. Entre os trabalhos selecionados para o embasamento teórico de nossos estudos, destacamos a pesquisa de Ironita P. Machado *Entre Justiça e Lucro: Rio Grande do Sul 1890-1930*. A historiadora aborda os litígios envolvendo a posse e propriedade das terras sul-rio-grandenses através de processos judiciais.

Palavras chave: Patrimônio. Estrutura Agrária. Heranças. Terras. Primeira República.

¹ Possui graduação em História pela Universidade de Caxias do Sul (2012) e mestrado em História pela Universidade de Passo Fundo (2016). Atualmente é professora de história - E.M.E.F. Maria Sirlei Alves Boeira, professora de história - E.M.E.F Soli Gonzaga dos Santos. Tem experiência na área de História, com ênfase em História. Participante do Núcleo de Estudos Históricos do Mundo Rural (NEHMuR). Doutoranda UPF.

ABSTRACT

Trying to understand better the formation of the Brazilian territory and how the patrimonial organizations proceed through the use of invents post-mortem property measurements, our work has as objective checking the agricultural structure of Rio Grande do Sul between 1889-1930. Considering the predominance of the cattle rancher activity in the region, our work intends to evidence in the way the conceptions and practices referring to the property and economical and fundiaria property structure in the Vacaria RS are inserted in the RS and national scenario during the first Brazilian Republic. Through the analyzes of the inventories post-mortem, we identify the productive bases predominant in farms, the number of animal, diversity of the herds, kinds of dwelling, land boundaries, among other aspects. The documents allow to understand the social predominant pattern, the familiar organization and the way of the heritages was shared among the heirs, also releasing the daily aspects as customs, beliefs, and traditions. In this article we are going to talk about some aspects referring to the way the patrimony was shared, who were the big gauchos farmers and Vacarianos in the beginning of the XX century, the importance given to land and who there were the big and small property. We are also going to discuss the stays or the changes in the economical structure in the first trinitus in the XX century in relation to the XIX century. Among the selected works to the basement of our studies we highlight the Ironita P. Machado Between the justice and profit: Rio Grande do Sul 1890-1930. The historian approaches the litigation involving the possession and properties of the lands sul rio-grandense the judicial process.

Keywords: Patrimony. Agriculture Structure. Heritages. Lands. First Republic.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como finalidade analisar a estrutura agrária do Rio Grande do Sul durante a Primeira República Brasileira (1889-1930) através do uso de inventários *post-mortem*, disponíveis no Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS). Nosso trabalho busca evidenciar as bases patrimoniais e econômicas de proprietários de terras e fazendas na região de Vacaria/RS procurando identificar o que havia nas propriedades, quem eram as famílias que se destacavam como latifundiário, qual era o padrão de vida nas fazendas e as relações sociais mantidas entre seus membros.

Partimos do pressuposto de que a criação de gado em Vacaria predominava como principal atividade econômica, estando a localidade integrada ao tropeirismo. A carta de sesmaria concedida a José de Campos Bandemburgo, por volta de 1770 representa a fundação da primeira estância no local, a fazenda Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, que voltava-se diretamente à criação de gado até meados de 1930. Vacaria localiza-se na porção norte do Estado do Rio Grande do Sul e atualmente apresenta uma área territorial de 2.124,582 Km² conforme dados do IBGE 2017. O município tem sua origem com a passagem dos tropeiros que seguiam de Viamão

em direção a Lages capturando o gado solto e também das criações de gado que existia nos campos.

A documentação analisada nos permite verificar a extensão de terras ocupadas por cada fazenda, se havia ou não animais nas mesmas, os tipos de rebanhos, destacando de que modo as terras eram aproveitadas, se realmente os rebanhos de *gado vacuum* representavam o principal produto econômico dessas fazendas, além de analisar a ocorrência das práticas agrícolas na região.

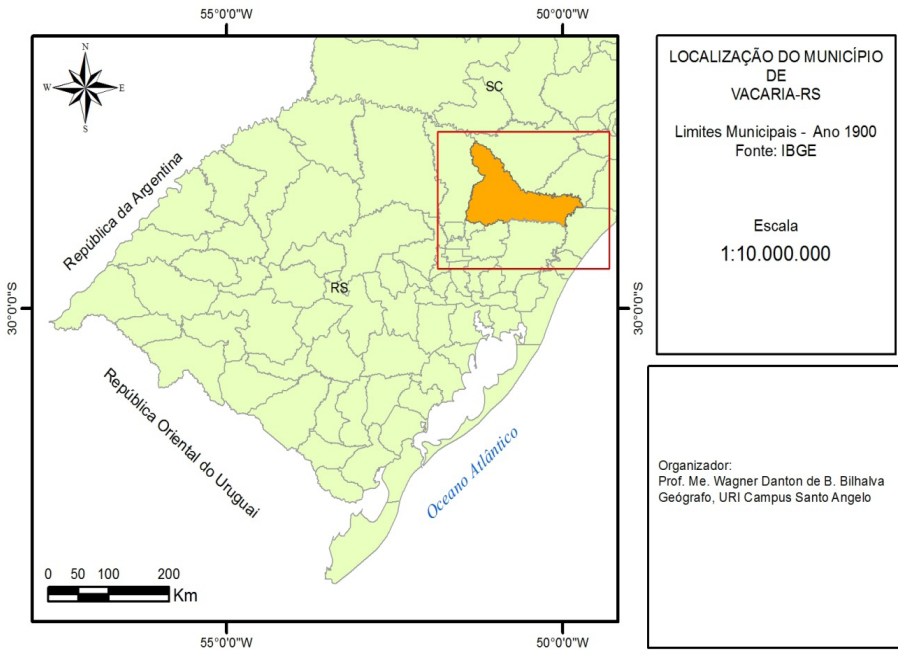
Nosso trabalho baseia-se numa amostra de 100 inventários em que destacamos informações referentes às bases produtivas presentes nas fazendas, relação de número de animais, diversidade de rebanhos, tipos de habitações, delimitação das terras, extensão das propriedades, pessoas que nelas viviam e trabalhavam, padrão social predominante, organização familiar, transmissão de heranças e propriedades, revelando também aspectos do cotidiano como costumes, crenças e tradições.

2 Vacaria no cenário regional

De acordo com o censo do IBGE² de 1900 “Vacaria possuía uma área de 8.526 Km², apresentando uma densidade demográfica de 2,02 hab. Km.²”. De acordo com o mesmo censo o município abrangia os distritos “de: 1º Vacaria, 2º Vista Alegre, 3º Capão Alto, 4º São Luís de França, 5º São João Batista, 6º São Pedro, 7º Santo Antonio e 8º Capela da Luz.” O distrito de Vacaria, como indicado no censo, foi criado por Alvará em 20 de outubro de 1805, subordinado ao município de Santo Antônio da Patrulha e elevado à categoria de vila no ano de 1878. Em 1900 ocorre a anexação do distrito de São Luís de França e de São João Batista, sendo o distrito de São Pedro integrado em 1808. O mapa 2.1 Localização de Vacaria em meados de 1900 ilustra a abrangência do território no referido período:

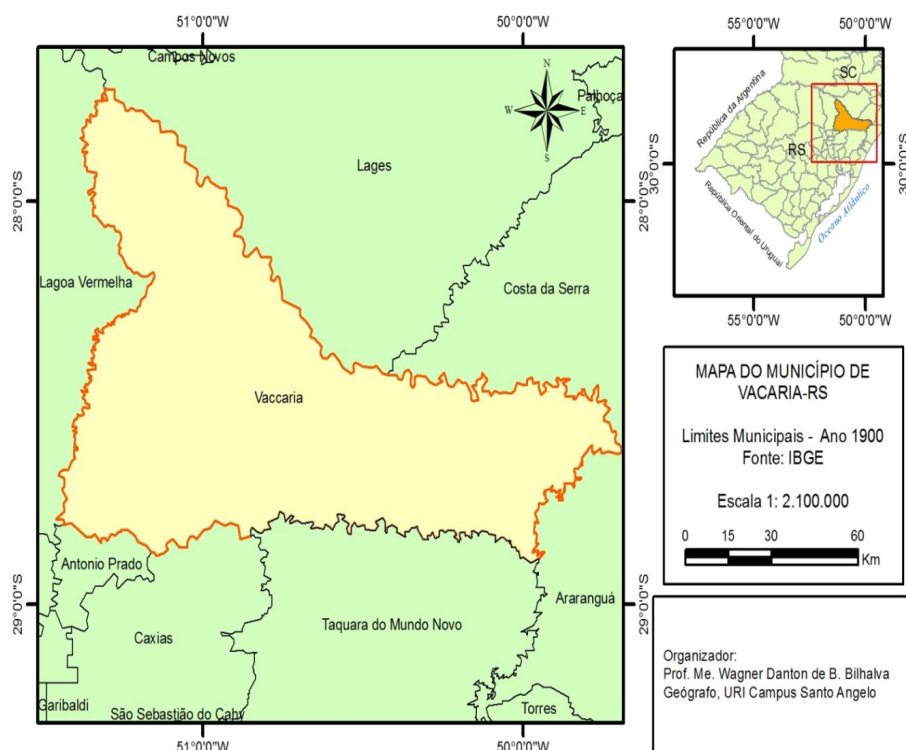
2 IBGE de 1900, Vacaria. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riograndedosul/vacaria.pdf>. Acesso em 09/08/2017.

2.1 Localização de Vacaria em meados de 1900



Em 1911 o município abrangia 5 distritos: Vacaria, Bom Jesus, São Luís de França, São João Batista e Vista Alegre, não se integrando o distrito de São Pedro. Bom Jesus desmembra-se do município em 1913, ano em que é criado o distrito de Capão Alto e anexado ao município de Vacaria. Em 1917 é criado o distrito de Muitos Capões e também anexado ao município de Vacaria, mesmo ano em que o distrito de Nossa Senhora da Luz é criado e também anexado ao município. São José do Pinhal é anexado em 1924, juntamente com São Pedro do Ipiranga. Compondo, portanto, esses distritos a região compreendida por nossos estudos, como apresenta o mapa 2.1 Vacaria no início do século XX.

2.1 Vacariano início do século XX



Ao nos remetermos à Vacaria dos tempos da República Velha no Brasil, precisamos considerar que o território ao qual nos referirmos não corresponde fisicamente ao espaço ocupado pelo atual município. O espaço regional que corresponde ao objeto de nossos estudos abrangia distritos que ao longo do tempo foram sendo desmembrados em municípios. Assim, convém definir o antigo território de Vacaria como um espaço regional caracterizado por demarcações geográficas e sociais diferentes. Em história, o conceito de região nos ajuda a compreender os laços de pertencimento e identidade que definem um determinado território, não estando necessariamente associado a um espaço físico. No caso do antigo território de Vacaria, este pode ser considerado um espaço regional ligado às atividades econômicas da criação de gado que se iniciam com o tropeirismo.

Portanto, região é um espaço definido através de questões sociais, onde é possível encontrarmos traços marcantes de heranças culturais e materiais, com uma determinada estrutura social e suas contradições que definem um sentimento de pertencimento a um determinado território e grupo social. Na mesma direção avança a interpretação de Heredia, “la región es el resultado de la relación íntima del hombre con su medio, la regi-

ón es una criatura, o sea una creación singular, la regionalización debe ser entendida como el proceso en el cual la región se desarrolla y toma forma histórica concreta” (HEREDIA, 1996, p. 300). Região, portanto, não é um espaço fixo, demarcado geograficamente, mas um espaço que apresenta mudanças.

Caracterizamos Vacaria do início do século XX, neste contexto, como “um espaço onde se reproduzem certos padrões de conflitos sociais, ou como um espaço onde se desenrola determinado movimento social, dentro de um contexto de inter-relações, que compõem uma unidade regional” (Barros, 2005, p.121). Assim, o conceito de região que abordamos não se releciona com demarcações físicas ou políticas, mas com os laços de identidade e pertencimento que formataram as fronteiras socioeconômicas e espaciais daquela sociedade.

3 A quem pertenciam as terras

Buscamos neste capítulo identificar a estrutura agrária presente no antigo território de Vacaria entre 1889 e 1930, considerando a presença de grandes latifúndios pecuaristas. Os inventários *post-mortem* são importantes fontes de pesquisa para nossos estudos, pois nos revelam as bases produtivas predominantes nas fazendas. Neles estão presentes informações detalhadas de suas estruturas como: número de animais que havia em cada fazenda, diversidades dos rebanhos, casas existentes nas propriedades, indicando também o modo como foram construídas, delimitações das terras, entre outros aspectos. Os inventários também nos indicam como a sociedade estava organizada, quem eram as pessoas que viviam nas estâncias, como se procediam as transmissões de heranças, as demarcações, as transformações ocorridas nos sistemas de medições das terras e a valorização ou desvalorização de bens a partir das mudanças nos contextos históricos e as respectivas leis que os norteavam.

Em nossa dissertação de mestrado, mostramos que algumas famílias eram proprietárias de vastas extensões de terras. Em alguns casos os filhos dos grandes fazendeiros também possuíam terras próprias, mesmo antes da partilha de bens. Como é o caso do estancieiro Antônio Manoel Velho (1848), proprietário da fazenda dos Ausentes, que compreendia uma área de três sesmarias. Seu valor atingia a quantia de 12 contos de réis, havendo nela uma casa de telha com benfeitorias, além de outras seis, que os avaliadores quantificaram em 1 conto e 600 mil réis. Também pertenciam a família Velho uma sesmaria contígua à fazenda dos Ausentes, avaliada em 4 contos de réis, a fazenda do Silveira, com abrangência de duas sesmarias, com valor estimado em 8 contos de réis. A fazenda Santa Ana, valendo 3

contos de réis e, mais cem braças de terras no distrito de Laguna.³

No início do século XX, também observamos a presença de grandes fazendas, mas a presença de pequenas e médias propriedades passa a ser mais acentuada que nos anos anteriores. Apesar de ser notável o crescente desenvolvimento agrícola no estado do Rio Grande do Sul, verificamos que Vacaria continua voltando-se economicamente para a criação de gado. Fato que pode ser comprovado pela constante presença de rebanhos e invernadas nas fazendas. Como exemplo citamos o inventário de José Telles de Souza, de 1912⁴. No documento consta que o mesmo possuía, uma pequena invernada com feixes de taipa e arames, banhados e rios no lugar denominado “Serraria” ou “Boa Vista”, com a área de 2 milhões de metros mais ou menos, avaliada por 4 contos de réis; Uma parte de matos de cultura com 75 hectares mais ou menos, sita na invernada da Vacaria na Serra de Pelotas, neste primeiro distrito, avaliada por 1 conto de réis; Uma parte de campos junto a invernada da fazenda da Cachoeira onde se achava edificada a casa de material, coberta de telha, com uma porta e duas janelas na frente, com 5 compartimentos, com 2 pequenos galpões, lavoura e mangueiras e mais benfeitorias, tudo em ruínas e de péssima construção, avaliados por 1 conto e 500 mil réis. Os bens deixados foram igualmente divididos entre os 6 filhos do casal, salvo a meação da viúva. Nesta partilha ocorre um caso usual de transmissão de heranças em que o patrimônio familiar é preservado através dos descendentes do patriarca. Evidenciamos também, que José Telles de Souza era possuidor de uma invernada, que segundo Motta, se refere a:

Terras incultas (pastos), já esgotadas para a produção agrícola e que são utilizadas para fins criatórios variados: para a engorda; para a reprodução do gado; para a criação; para desterneirar vacas (separar das vacas as suas crias); para colocar o gado falhado (vacas que não estão dando leite). Invernar também significa hibernar, temporadas de engorda dos animais. Alguns fazendeiros possuem campos especialmente para receber gado para invernar; eles são chamados de invernistas ou invernadores. Durante os séculos passados, após as longas travessias realizadas pelo gado, eles eram colocados em invernadas com o objetivo de se recuperar e ganhar peso antes de serem negociados (2005, p. 266).

3 APERS. Autos nº 540. Maço: 3. Estante: 10. Santo Antônio da Patrulha/Cartório de Órfãos e Ausentes. Inventariado: Antônio Manoel Velho/Inventariante: Ignácio Manoel Velho.

4 APERS. Ano: 1912. Autos nº: 19. Estante: 119. Vacaria/Cartório de Órfãos e Ausentes. Inventariado: José Telles de Souza/Inventariante: Margarida Telles de Souza.

Como citado por Motta (2005) alguns fazendeiros reservavam campos apenas para invernadas, sendo que os mesmos poderiam não possuir seus próprios rebanhos, como é o caso de Telles de Souza de acordo com seu inventário. Ao analisar o inventário do fazendeiro constatamos que o mesmo não possuía rebanhos, sendo que não aparecem animais entre os bens arrolados. No entanto, a fazenda abrigava galpões e mangueiras para receber os animais em épocas de invernadas. Também existia na propriedade lavouras, todavia, não nos foi possível identificar a abrangência desta lavoura e se a mesma seria para consumo familiar ou teria outros fins.

Os inventários *post-mortem* nos fornecem a descrição de todos os bens existentes nas fazendas e patrimônios deixados pelo falecido e sua família, permitindo entender como estava organizada a sociedade, seus modos de vida e padrões de comportamento. O momento de abertura do inventário representava não apenas a partilha de heranças, mas os ajustes familiares para administração do patrimônio, assim como o pagamento das dívidas da família.

As dívidas referidas nos inventários eram listadas em duas categorias, sendo elas as dívidas passivas, referentes ao que o falecido ou sua família devia a outros e as dívidas ativas, ou seja, os valores que outras pessoas deviam ao falecido (a) ou ao casal. Todas as dívidas passivas eram pagas antes da partilha dos bens, já as dívidas ativas deveriam ser pagas pelos devedores aos herdeiros, integrando-se estas aos pagamentos das heranças. De modo que, após o falecimento, a família era obrigada a proceder ao pagamento de todas as dívidas vigentes para só então realizar a partilha dos bens, conforme procedimento realizado durante o inventário. O documento apresenta inicialmente uma relação de todos os bens que perfazem o monte mor, seguido de uma lista onde estão expressas todas as dívidas ativas e passivas. Após o pagamento das dívidas vigentes seguia-se outra análise dos bens que ainda restavam, para calcular o monte líquido partível.

Era usual que as pessoas deixassem registrado o que deviam nos armazéns para pagar mais adiante de uma só vez. O inventário de José Telles de Souza nos mostra que o fazendeiro costumava fazer compras e deixar anotado para pagamentos posteriores. Como exemplo, podemos citar algumas das listas presentes no inventário de José Telles de Souza (1912).

A herança de José Telles de Souza a Angelo Locatelli deve:

Justa de conta hoje - 162.500
8 kg de toucinho - 8.000
15 metros de chita - 16.500
10 metros de riscado - 10.000

8 metros de casineta - 20.000
8 kg de toucinho - 8.000
1 saca de sal - 6.000
1 medida de cachaça - 2.500
1/2 quilo de erva mate - 3.000
4 kg de café - 5.200
1 saca de farinha de trigo - 10.000
1 saca de mandioca - 12.000
Cachaça e outras bebidas - 8.000
De fazendas e campos - 100.000
Em dinheiro - 200.000
1/2 kg de erva - 3.000
1/2 kg de açúcar - 6.000
1/2 kg de arroz - 5.000
73 kg de copado - 58.000
15 kg de açúcar - 12.000
1 saca de farinha de trigo - 10.000
1 saca de farinha de milho - 7.000
2 sacas de sal - 12.000
15 kg de erva - 6.000
4 kg de café - 4.800
1 lenço de seda - 5.000
1 dúzia de talheres - 10.000
4 lenços de chita - 4.000

Antonio Telles de Souza⁵, filho de José Telles de Souza faleceu em 1913, um ano após a morte de seu pai. Os bens por ele deixados foram, uma pequena área de campos e matos no lugar denominado Saltinho, na época 1º distrito do município de Vacaria no valor de 15 contos e 700 mil réis, além de casa e benfeitorias no valor de 700 mil réis e 232 animais em seu rebanho. A relação dos rebanhos consta de:

7 mulas mansas regulares a 110 mil réis cada uma e todas por 770 mil réis
5 ditas a 95 mil réis cada uma e todas por 450 mil réis, ditas mulas inferiores.
4 ditas de sobre ano a 70 mil réis cada uma e todas por 280 mil réis (280.000)
6 cavalos mansos, regulares a 50 mil réis cada um e todos por 300 mil réis
4 ditos inferiores a 4 mil réis cada um e todos por 160 mil réis.

5 APERS. N°: 3. Ano: 1913. Autos n° 662. Maço n° 20. Estante: 119. Vacaria/Cartório de órfãos e ausentes. Inventariado: Antonio Telles de Souza/Inventariante: Eduardo Pereira Monteiro.

3 potros de 3 anos inferiores a 30 mil réis cada um e todos por 90 mil réis
 3 ditos de 2 anos a 25 mil réis cada um e todos por 75 mil réis
 3 ditos de dois anos, regulares, todos por 90 mil réis.
 5 potrinhos de ano a 15 mil réis cada um e todos por 75 mil réis
 6 éguas velhas falhadas, por mil réis cada uma e todas por 220 mil réis.
 2 carreiros a 90 mil réis cada um e ambos por 180 mil réis
 3 touros a 80 mil réis cada um e todos por 240 mil réis
 29 vacas com cria a 79 mil réis cada uma e todos por 2 contos e 30 mil réis (2.030.000)
 22 ditas falhadas a 50 mil réis cada uma e todas por um conto e 100 mil réis.
 24 novilhas de ano a 35 mil réis cada uma e todas por 840 mil réis.
 14 terneiras de ano a 25 mil réis cada uma e todas por 350 mil réis.
 78 ovelhas a 3 mil réis cada uma e todas por 234 mil réis.

Os inventários nos fornecem os valores pelos quais esses animais eram comercializados, o que nos permite compreender as atividades econômicas associadas à criação desses rebanhos. Quando comparadas as avaliações conferidas aos mesmos animais no século XIX observamos notáveis alterações de valores decorrentes das mudanças econômicas e administrativas do país. Essas mudanças também se refletem na valorização das terras que ganham destaque entre as fortunas inventariadas. No século XIX, conforme nossos estudos, evidenciamos que entre os bens arrolados as somas mais significativas da herança giravam em torno dos rebanhos. Já no início do século XX o valor das terras supera indiscutivelmente o valor conferido aos animais, conforme podemos evidenciar na tabela 1.1 Avaliação dos bens inventariados, que segue em anexo.

Alguns processos ocorriam de maneira simples, não havendo divergência entre os herdeiros, outros se mostravam mais complexos, quando existia conflitos e disputas de heranças, podendo levar mais de um ano para a finalização do inventário. Quando a demora para a conclusão da partilha se arrastava por longos períodos as heranças poderiam acabar prejudicadas pela falta de administração dos bens. Portanto, a partilha de heranças era um momento importante com relação aos cuidados com a manutenção do patrimônio familiar, principalmente para os grandes fazendeiros.

Em algumas ocasiões as dívidas superavam o valor dos bens deixados pelo falecido o que ocasionava a ruína da herança familiar com a perda de seu patrimônio. Os processos judiciais envolvendo litígios ou disputas

de posses também poderiam resultar na perda do patrimônio familiar, como aconteceu com a família Ferreira no século XIX. Esta família era proprietária de uma das maiores fazendas de gado da região, a fazenda do Socorro, administrada por José Joaquim Ferreira. A disputa pela posse das terras resultou no assassinato do estancieiro por seu sobrinho Domingos Gomes da Cunha em 1872, estendendo-se o processo de inventário até meados de 1880. O resultado dos desentendimentos gerou a ruína familiar e a posterior venda do patrimônio.

Com a passagem do século XIX para o XX, observamos mudanças quanto a estrutura agrária da região vacariense. As grandes extensões de terras passam aos poucos a ser divididas compondo outras propriedades. Nos inventários as medições buscam maior exatidão tanto na extensão das terras partilhadas, quanto em suas divisas. A passagem do império para a república valorizou a terra como produto comercial, exigindo maiores cuidados na demarcação de seus limites. Até a metade do século XIX muitos fazendeiros se utilizavam da imprecisão quanto à demarcação de suas terras para aumentar as suas posses, construindo casas para seus filhos nos limites de suas terras.

Há casos em que consta pertencer ao inventariado algumas pequenas porções de terras, muitas vezes apenas um terreno, em outros os bens são restritos a alguns animais, sendo o mínimo encontrado em número de três. O inventário aberto pelo falecimento de José Braz Linhares em 1911⁶ mostra que o mesmo possuía uma pequena parte de campos e matos na fazenda do Cedro, avaliada por 900 mil réis, além de uma casa antiga que custava cerca de 100 mil réis. Nesta partilha o monte mor foi avaliado em cerca de 1 conto de réis, desta quantia foi subtraído o valor de 300 mil réis para o pagamento do credor Felisbino Braz Linhares, restando 700 mil réis, que perfizeram o monte mor partível. A herança deixada por José Braz Linhares divida entre seus dez filhos, recebendo cada um deles a quantia de 70 mil réis. A parte que caberia a herdeira filha falecida Felisberta Braz Linhares, reparte-se em partes iguais entre seus filhos, tocando a cada um deles a quantia de 35 mil réis.

Felisbino Braz Linhares (1912)⁷, pai de José Braz Linhares, falecido, com inventário aberto em 1911, no qual Felisbino aparece como credor na herança do mesmo. Possuía uma parte de campos e matos na fazenda do Cedro avaliado por 7 contos de réis; uma casa com duas portas, uma janela

6 APERS. N°: 11. Ano: 1911. Autos n° 651. Maço n° 19. Estante 119. Vacaria/ Cartório de órfãos e Ausentes. Inventariando: José Braz Linhares/Inventariante: Lourenço Braz Linhares.

7 APERS. Ano: 1912. Autos n° 656. Maço: 19. Estante: 119. Inventariado: Felisbino Braz Linhares. Inventariante: Maria Francisca Subtil.

de frente, com 50 palmos de frente e 40 de fundo, coberta de telhas com pequeno galpão com mangueira e lavoura por 600 mil réis; uma pequena invernada por 4 contos de réis; um pequeno pedaço de campo no valor de 400 mil réis; um rincão de campos e matos por 2 contos e 800 mil réis; um retaco de campos e matos por 1 conto e 200 mil réis, além de alguns animais. Os bens arrolados foram avaliados na quantia de 20 contos 930 mil réis, repartida esta quantia em duas partes iguais, coube à viúva inventariante a meação de 10 contos 465 mil réis e dividido este valor em 11 partes iguais, pelo número de herdeiros filhos, coube a cada um de sua herança a quantia de 951 mil 363 réis, dividido também este valor entre os 9 filhos do herdeiro falecido José Braz Linhares, coube a cada um deles o valor de 105 mil 707 réis de suas respectivas legítimas.

Entre os bens deixados por João Julio de Oliveira⁸, também constava uma invernada avaliada por 12 contos de réis, além de uma fazenda de campos e matos no 3º distrito de Vacaria, que custava cerca de 66 contos de réis. Na fazenda havia uma casa que com suas benfeitorias chegava a valer 2 contos de réis. Uma casa e mais benfeitorias, com os respectivos imóveis na praça matriz da vila, construídas sobre um terreno com a área 8.025 metros quadrados, cercada de arame, avaliada por 10 contos de réis e um terreno urbano por 6 contos de réis. O patrimônio legado fez um total de 90 contos e 500 mil réis, divididos entre os 6 filhos do inventariado, cabendo a cada um a quantia de 45 contos e 250 mil réis, conforme dados do inventário. Os dados apresentados nesse inventário mostram que Júlio de Oliveira, apesar de ser um fazendeiro, era proprietário de imóveis urbanos, sendo estes bem localizados. O inventariado, portanto, se tratava de um fazendeiro com condições econômicas favoráveis. O fato ser possuidor de imóveis próximo à praça da matriz indica que talvez sua família residisse na área urbana e a fazenda fosse o local de trabalho, podendo ser também um lugar de passeio.

Também podemos referir o caso de João Borges de Oliveira⁹, cuja família integra-se aos primeiros moradores da então, Vila de Vacaria. João Borges, quando faleceu deixou apenas alguns animais, entre os quais constam 3 vacas, 7 éguas, 8 ovelhas, além de 3 mulas e 2 cavalos. Sua casa, ainda em construção somou 200 mil réis. Suas terras perfaziam 25 hectares, avaliados por 600 mil réis. Um patrimônio singelo quando comparado ao

8 APERS. N° 4. Ano: 1912. Autos n° 658. Maço: 19. Estante: 119. Vacaria/ Cartório de órfãos e ausentes. Inventariado: João Julio de Oliveira/ Inventariante: Alfredo Julio de Oliveira.

9 APERS. Ano: 1913. Autos: 665. Maço 119. Inventariado: Juvencio Vieira Borges/Inventariante: João Borges de Oliveira.

pertencente a sua família nos primórdios e aos grandes estancieiros locais. O que comprova, que, embora até o século XIX houvesse o predomínio dos grandes latifúndios em Vacaria, no início do século XX evidenciamos a presença de inúmeras propriedades menores. É preciso destacar, contudo, que a valorização das terras com a passagem da monarquia para a república favoreceu a necessidade de inventariar devidamente os bens, mesmo que a herança não somasse um valor tão significativo. Todavia, é possível evidenciar que o número de propriedades também se amplia com o desmembramento das grandes propriedades em fazendas menores adquiridas não só mediante herança, mas também através da compra.

Entre os inventários apresentados neste artigo observamos que José Telles de Souza possuía uma pequena invernada, no entanto não são listados animais em seu inventário, fato que comprova que a invernada seria destinada a receber animais de outros criadores. Já o seu filho Antonio Telles de Souza possuía em sua propriedade 232 animais em seu rebanho, sendo que ambos não praticavam a agricultura como atividade econômica. Suas propriedades apresentavam o padrão de uma pequena propriedade quando comparadas às grandes fazendas pecuaristas da época. Do mesmo modo, José Braz Linhares era proprietário de uma pequena parte de campos e matos, sendo que seu pai Felisbino Braz Linhares possuía também apenas algumas partes de campo e uma pequena invernada. Seu rebanho era constituído de 4 bois, 81 reses, 11 mulas, 4 cavalos e 10 éguas.

Demonstramos assim, que predominavam em Vacaria propriedades de extensões diversas e muitas delas com rebanhos pequenos, assim como a de João Borges de Oliveira. Outro fato a destacar é a presença de invernadas em inventários onde não são listados rebanhos, o que justifica a presença de animais em inventários em que não existem terras entre os bens. Ou seja, muitas vezes os proprietários de rebanhos buscavam as invernadas ou arrendamentos como alternativas e esse fato não está ligado diretamente com a falta de recursos para adquirir terras, já que os pastos precisam estar em boas condições para a criação de gado. A procura pelas invernadas também pode ser explicada pela busca dos proprietários urbanos pelas atividades pecuaristas como fonte de renda. Assim, as nossas pesquisas comprovam, que como apontado pela historiografia, Vacaria voltava-se para a criação de gado até meados de 1930.

Em geral, era comum que as grandes fazendas dispusessem de campos com criações ou campos para invernadas, lavoura, além de uma casa construída em estilo rústico, podendo possuir também mangueiras, galpões, moinhos, forno, entre outras benfeitorias. Em algumas propriedades haviam moinhos, provavelmente destinados à produção de farinha

usada pela família, mas que também poderia indicar a presença de um pequeno comércio ou de uma lavoura maior do que a usualmente cultivada para consumo interno da fazenda. No inventário de Theodoro Joaquim da Silva¹⁰, datado de 1889, encontramos na descrição dos bens um moinho de moer trigo avaliado por 10 mil réis, havendo na pequena propriedade também alguns animais. Em alguns inventários também encontramos a referência a terras de cultura, no entanto, o documento não faz menção do que se produzia nas mesmas.

Muitas propriedades são descritas como sendo cercadas de taipas ou arames, o que evidencia a preocupação com a demarcação do território, pouco recorrente no início do século XIX. Esse cuidado com a definição do espaço expressa também o desejo dos proprietários em evidenciar domínio de uma área ou de um patrimônio, de modo que, “demarcar o território é demarcar um espaço de poder” (BARROS, 2005, p.113). Barros (2005) observa que os seres humanos estão constantemente se apropriando do espaço sobre o qual vivem, estabelecendo diferentes atividades e relações sociais. Segundo Barros, ao se apropriar de um determinado espaço e transformá-lo em sua propriedade, as pessoas definem ou redefinem um território. A demarcação dos terrenos reflete as mudanças resultantes da valorização das terras em sua comercialização após a Lei de Terras de 1850.

Lei de Terras: Lei nº 6012, de 18/09/1850, conhecida como Lei de Terras. Ela procurou caracterizar o que são terras devolutas e visava a ser um instrumento jurídico para discriminar as terras públicas das privadas, além de impedir o acesso à terra devoluta, a não ser via compra (MOTTA, 2005, p. 279).

Como referido por Motta (2005) a Lei de Terras foi criada para impedir que houvesse a apropriação de terras por outros meios que não a compra. Essa lei permitiu que a terra fosse transformada em renda territorial, consentindo ao fazendeiro novos investimentos. Possibilitou também, a substituição do capital anteriormente investido em escravos, na compra de terras. Motta aponta que a Lei de Terras foi descrita em vários estudos como um marco na passagem do trabalho escravo para o trabalho livre. Com a implantação da lei os inventários passam a apresentar dados mais detalhados sobre a localização das fazendas, com medidas de extensão e limites demarcados por agrimensores. Fato que caracteriza mudanças significativas nas questões envolvendo a estrutura agrária sul-rio-grandenses na passagem do Império para a República. Durante o período Imperial as

10 APERS. Ano: 1889. Autos nº 315. Maço: 9. Inventariado: Theodoro Joaquim da Silva. Inventariante: João Propício da Silva Filho.

demarcações das terras eram imprecisas, já no início do período republicano os limites passam a se apresentar com maior exatidão, de acordo com Machado.

Medir e dividir os lotes era um pressuposto básico para a comercialização e/ou legalização da terra. O comércio e a legalização das posses apresentavam-se como pré-requisitos para que as terras devolutas e sob domínio de particulares sem os devidos registros viessem a aumentar a rentabilidade de serviços e recursos tributáveis, acrescentando aos recursos pecuniários do Estado (2012, p. 149).

Conforme nos mostra Machado (2012) a comercialização das terras exigia que as demarcações e divisões dos lotes fossem realizados de maneira correta. Nas partilhas de heranças encontramos dados de medições de algumas propriedades que comprovam que efetivamente os lotes passam a ser medidos e demarcados com técnicas mais rigorosas de controle. Nos documentos de medições são descritos com detalhes o terreno onde se inicia a demarcação e especificamente os limites de divisa que anteriormente eram simplesmente definidos por confrontantes como o nome de um vizinho, um arroio ou outro limite geográfico. Outro dado que passa a aparecer com mais frequência são as medidas em hectares, como descrito no inventário dos bens de Constantino José de Souza de 1890:

Uma parte de campo adquirida por compra a Christino Monato dos Santos, cuja parte em comum com outros herdeiros no rincão da Ramada no valor de cem mil réis, o que calculamos em 12 hectares mais ou menos, o que avaliamos em 420 mil réis. Um retaco de campo no lugar denominado. Muitos Capões com as divisas seguintes: começando do passo do monjolo e desta por uma cachoeirinha até a estrada geral (antiga) que vem a vila e pela entrada até outro passo que tem abaixo da casa do finado Constantino José de Souza, três ou quatro quadra mais ou menos, e pelo mesmo arroio acima que segue por trás da casa do dito Constantino José de Souza e por este acima dividindo com o rincão da Ramada até chegar o passo do açude onde começou a divisa, contendo mais ou menos 10 hectares, o que avaliam por 350 mil réis¹¹.

Na descrição do documento as terras apresentam informações de

11 APERS. Ano: 1890. Autos n° 322. Maço: 9. Estante: 119. Inventariado: Constantino José de Souza. Inventariante: Manoel Ignácio Cabral.

suas divisas e da proporção que as mesmas ocupam em seus territórios. Geralmente, em casos de propriedades com extensões maiores os dados registrados nos inventários *post-mortem* são provenientes dos autos de medições dessas fazendas. Os autos de medição apresentam detalhadamente as medidas de cada lote de terras, contendo também a planta da propriedade. Quando analisados em sua totalidade estes registros nos permitem verificar a abrangência de grandes latifúndios nas terras vacarienses, a quem pertenciam essas terras, o que nelas havia, identificando também a presença de propriedades menores e as semelhanças e disparidades entre as mesmas com relação à estrutura econômica.

Para Pierre Vilar (2007) o direito de propriedade é regulado pelas limitações administrativas, evitando que este prejudique o interesse coletivo. No entanto, a função social da propriedade não se revela como limite ao exercício do direito de propriedade, mas como conteúdo desse próprio direito, produzindo efeitos sobre o exercício do direito que incluem comportamentos positivos ou negativos. Abordando a questão do ponto de vista do materialismo dialético, Barros (2005) chama a atenção para o fato de que o espaço humano é, em qualquer período, resultado de uma produção. “O ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço”. O homem, que devido à sua própria materialidade física é ele mesmo espaço preenchido como o próprio corpo (p. 114). Ou seja, toda a produção humana transforma o espaço geográfico modificando não apenas o espaço físico, mas as relações do homem com o ambiente. Por exemplo, a introdução de gado bovino no Sul modifica o espaço geográfico em que este é inserido, ao mesmo tempo em que favorece a atividade pecuarista como principal produto econômico do estado.

Motta (1998) destaca que a morte de um fazendeiro inaugurava, muitas vezes, uma querela por suas terras. Desse modo, a partilha iniciava ou consolidava desavenças entre herdeiros, gerando ódios e rancores entre familiares. A decisão sobre o destino do melhor quinhão de terras ou de uma fonte d'água fazia com que as partes envolvidas buscassem defender aquilo que julgavam lhes pertencer. Poderes diversos conferiam o esforço de reconstituir a família em torno de um dos herdeiros. A insubordinação ou mesmo o rompimento definitivo podiam significar, não somente o desmembramento da área, como também a formação de novas parentelas. As leis estabeleciam que, ocorrendo a morte do marido, seria retirada a meação da viúva e o restante seria partilhado entre os herdeiros, sendo estes em primeiro lugar os filhos e se algum deles já fosse falecido, a sua parte caberia aos netos. Quando os casais não possuíam filhos, era comum que deixassem testamentos, todavia, sempre o processo de divisão de bens era realizado através das leis vigentes.

Devemos considerar que para o período que estamos tratando, ser proprietário de terras não se restringia a manter o poder econômico, mas era símbolo de prestígio e visibilidade social. O que fazia do coronel uma figura notável dentro do espaço que habitava e também fora dele.

Conforme Bourdieu (2008), a família é um dos elementos fundamentais que fornece as bases do desenvolvimento social. É através da família que a sociedade se estrutura, tendo lugar às transmissões de patrimônio. As heranças deixadas pela família compreendem todo o universo simbólico em que os pais transmitem aos filhos seus sobrenomes, suas heranças sociais, círculos de convívio, modos de vida e padrões de comportamento. Mas as famílias não transmitem apenas heranças simbólicas, elas transmitem também seus bens materiais e junto com eles todas as implicações de recebê-los.

Os herdeiros que ficavam encarregados de administrar os negócios da família precisavam ser capacitados a manter a estrutura econômica a salvo dos maus investimentos que poderiam resultar em perdas para todos os seus membros. Nas famílias de grandes fazendeiros do século XIX e XX, a organização familiar era fundamental para garantir o prestígio social da família que estava ligado diretamente à conservação de seu patrimônio material. Administrar essas extensas propriedades não era tarefa fácil, sendo necessárias pessoas suficientes para realizarem todas as atividades de cuidado com a propriedade e com os animais. Com o fim da escravidão, os trabalhos nas fazendas no sul do Brasil ficam principalmente a cargo dos peões de estância:

Os peões de estância formavam um grupo que se dividia em diversas categorias, em função do tipo de trabalho. Da sua especialidade vinha seu lugar na escala de remuneração e prestígio. Grosso modo, eram importantes os *capatazes*, que dirigiam o estabelecimento dos proprietários ausentes, e os peões campeiros que, de um modo geral, eram solteiros e habilidosos nas atividades campeiras (laçar, domar, organizar rodeios) (ZARTH, 2002, p. 179).

Como mencionado por Zarth (2002), os peões eram responsáveis pelas atividades relacionadas ao cuidado com o gado, cabendo a eles grande parte das atividades necessárias à manutenção da estrutura pecuarista nas fazendas. Segundo o autor durante o século XIX no planalto Rio-Grandense havia uma forte competição entre a criação de mulas e de gado bovino até 1891, explicado pela inexistência de charqueadas na região. Porém, com a melhoria dos sistemas de transporte e a construção de ferrovias, a

produção de muares diminuiu. Osório (1999) observa que de meados de 1765 até 1785, os muares representavam cerca de 24% do valor total dos rebanhos, sendo que 56% dos estancieiros criavam esses animais. Porém, de meados de 1815 a 1825, os muares não ultrapassavam o percentual de 1,5% do valor do rebanho e apenas 36% dos estancieiros as possuíam, possivelmente pelas dificuldades de reprodução desses animais. A pesquisadora também destaca a redução no número de equinos, que representavam apenas 25% do número de animais no primeiro período e que passam a representar 10% no último.

De acordo com Osório (1999) o alicerce da criação de bovinos nas fazendas rio-grandenses foi o gado selvagem que existiam nos campos. Segundo a pesquisadora, o gado xucro proporcionou que os fazendeiros aumentassem seus rebanhos, durante o século XVIII e XIX “não por reprodução, pelo exercício da atividade criatória, mas por adição de cabeças roubadas do outro lado da fronteira” (OSÓRIO, 1999, p. 121). Era comum até o final do século XIX nas fortunas inventariadas que os animais tivessem destaque entre os bens deixados, representando por vezes a maior soma da herança.

Mas, para compreendermos a estrutura produtiva vigente nas fazendas gaúchas e vacarienses, entre 1889 a 1930, precisamos evidenciar as questões políticas e administrativas que norteavam a economia do período. Sobre esse assunto Machado (2012) ressalta que a historiografia destaca a intervenção do Estado na economia como responsável pela transição para o capitalismo no Rio Grande do Sul. No entanto, alguns pontos nessa discussão estariam em aberto, como a que se refere aos custos sociopolíticos com os quais o processo teria se efetivado. Tedesco (2002) destaca que:

Há que se considerar que, ao se tratar do Rio Grande do Sul em final do século XIX e início do século XX, deve-se destacar que a viga mestra da estrutura do estado era o positivismo castilhistas. Assim, o tratamento a ser dado às questões relacionadas à terra - meio de produção fundamental numa economia agropecuária - não poderia ser diferente do tratamento que se dava a outras questões, em particular as orientadas sob o signo da *ordem* para o *progresso* (63).

Neste contexto, como referido por Tedesco (2002, p. 61) a partir de 1882 o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) passa a aplicar as diretrizes positivistas no Estado e entre 1889 a 1930, o grupo busca normatizar as questões agrárias e de colonização, surgindo em 1890 as primeiras propostas de demarcação para o povoamento do norte do Rio Grande do Sul, que também coincidia com a promulgação da Constituição Federal de

1891. Conforme Pesavento (1890) no final do século XIX o Rio Grande do Sul exportava produtos como charque, couro, banha, gêneros agrícolas para o restante do Brasil. O governo de Júlio de Castilhos estava alicerçado pela teoria positivista e buscava permitir a realização do capitalismo no sul, de modo que:

Na medida em que o Estado positivista se dispunha a viabilizar o capitalismo no Rio Grande do Sul, a transformação da pecuária gaúcha era uma das formas pelas quais era possível que isto se realizasse. É dentro desta perspectiva que se deve entender as promoções de melhorias do rebanho e dos métodos criatórios, ou mesmo o interesse em promover a substituição das charqueadas pelos frigoríficos (PESAVENTO, 1980, p. 77).

Pesavento destaca também, que o positivismo objetivava desenvolver ao mesmo tempo, todos os setores da economia sulina: pecuária, agricultura e indústria. Porém, o governo borgista acabou provocando entraves para a realização do capitalismo no Rio Grande do Sul. Entre 1920 e 1923, o estado sofreu uma crise econômica relacionada às atividades pecuaristas, sendo que “a proliferação dos frigoríficos, pondo em ação sua grande capacidade de abate, levou a uma superprodução dos produtos pecuários”. O Rio Grande do Sul era responsável por exportar produtos frigoríficos para as nações em guerra, com o fim do confronto a economia sofre com a queda acentuada das vendas, resultando na revolução de 1923, de acordo com Pesavento:

À crise econômica, acrescentavam-se os efeitos da crise financeira. O momento que se iniciou com a abertura da década de 20 fez o Rio Grande submergir em sérias dificuldades, abalado pela baixa de preço de seus artigos pecuários pela retração do mercado consumidor, pelo recuo do crédito, pela ineficiência de um sistema de transporte e, fundamentalmente pela carência de capitais (PESAVENTO, 1980, p. 195-196).

Como demonstrado pela pesquisadora, o período compreendido entre 1889 até 1930, abarca diversas mudanças na economia sul-rio-grandense, que perpassa desde o desenvolvimento capitalista até a acentuada crise de 1920. Os reflexos expostos pelos investimentos pecuaristas se refletem nas atividades pecuaristas e consequentemente as fazendas vacarianas também foram afetadas.

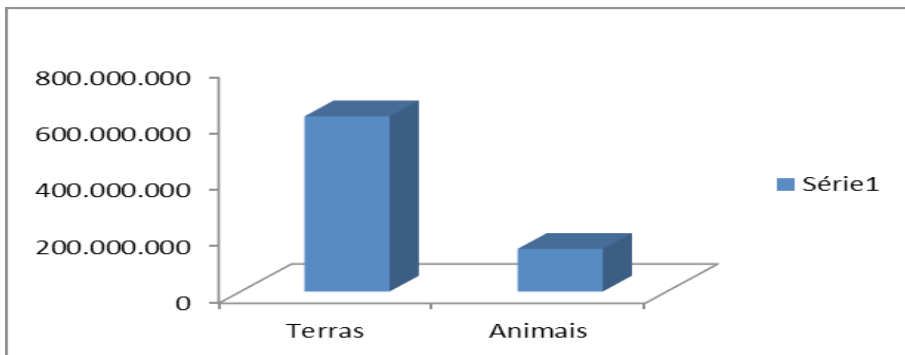
Machado refere que o governo rio-grandense, com a premissa de

“defesa da pequena propriedade contra o abuso das legitimações de posse, que consolidaram juridicamente o latifúndio, efetivou a vigência de um modelo político para a acumulação de capital” (MACHADO, 2012, p. 42). Assim, como descrito por Zarth (2002), o projeto de colonização fazia parte de uma estratégia para superar a escravidão e as questões ligadas ao latifúndio e as desatualizadas práticas agrícolas, de modo que “quanto ao latifúndio e à pequena propriedade, a estratégia foi a distribuição de pequenos lotes de terras florestais aos imigrantes, preservando, deste modo, o latifúndio pastoril” (ZARTH, 2002, p. 283).

As mudanças econômicas se refletem em aumento na valorização do preço das terras e do que nelas havia, principalmente dos rebanhos. As casas das fazendas que usualmente eram rústicas e sem requintes passam a receber um pouco mais de atenção, já que o modelo capitalista “se orientava pelas ideias de desenvolvimento da pecuária, do trabalho livre, da valorização da terra” (TEDESCO, 2002, p. 61). O que comprova, como destacado por Machado (2002) que desde o final do século XIX a estrutura socioeconômica e política tanto brasileira quanto rio-grandense se encontrava em transição.

Entre as mudanças econômicas podemos evidenciar que ocorreu uma valorização acentuada das terras quando comparamos inventários do século XIX com arrolamentos realizados entre 1890 a 1930. Durante o século XIX as fortunas familiares eram definidas principalmente pelos rebanhos que haviam em suas propriedades, sendo que os escravos também representavam uma soma significativa. Com a extinção do trabalho escravo e valorização da terra, esta passa a representar a base do patrimônio da sociedade rio-grandense republicana, conforme nos mostra o gráfico 3.1 Fortunas inventariadas: Terras X Animais.

3.1 Fortunas inventariadas: Terras vs. Animais



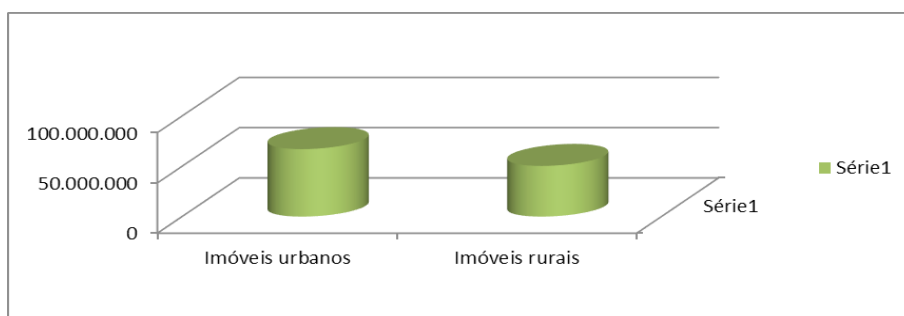
Elaboração da autora. Fonte Inventários *post-mortem* 1890-1920

Como podemos constatar, as terras passam a representar uma soma maior entre os bens descritos nos inventários. Apesar disso, devemos lembrar que o principal produto econômico vacariense continuava sendo o gado bovino, neste caso, as terras eram em sua maioria destinadas ao pastoreio. Fato que ajuda a explicar também a presença de diversos latifúndios na região, já que o gado exige grandes extensões de terra para sua criação, tendo como variáveis também o tipo de produção e o solo disponível, considerando a vegetação, indispensável para a alimentação do animal. Como a principal atividade econômica no sul era voltada para a pecuária, era comum a presença de grandes latifúndios onde a produção de gado ocupava a maior parte de suas terras. Segundo Motta (2005, p.272) latifúndio representa um “vasto domínio rural nas mãos de um proprietário no qual se pratica um tipo de agricultura ou de criação”. Neste caso a concentração de terras que o latifúndio possuía resultava em dificuldades para que a pequena propriedade se desenvolvesse, o que também colaborava para o empobrecimento da população rural que acabava dependente da grande propriedade (Motta, 2005).

Entre as fortunas familiares deixadas entre 1889 a 1930 em Vacaria, evidenciamos que a terra representa a soma da maior parte das fortunas inventariadas, ficando os rebanhos em segundo lugar. Já as casas e benfeitorias não somavam valores significativos, um exemplo está no inventário de Antônio Telles de Souza (1913)¹² em que os bens deixados foram: “um retaco de campos e matos no lugar denominado Saltinho, 1º distrito deste município no valor de 15 contos de réis, casa e mais benfeitorias no lugar, no valor de 600 mil réis”, além de 232 cabeças de espécies diversas. Observamos que o valor conferido a casa, juntamente com as benfeitorias perfaz apenas a quantia de 600 mil réis, o que contrasta com o valor pelo qual os campos foram avaliados. Entre os bens descritos nos inventários de fazendeiros encontramos referências a propriedades urbanas, sendo estas terrenos e casas, havendo também casas comerciais. Ao analisarmos a valorização dos bens imóveis urbanos e compararmos com os valores conferidos com os bens imóveis rurais, observamos que os imóveis urbanos foram melhor avaliados quanto ao valor comercial a eles conferidos. O gráfico 3.3 Imóveis rurais e urbanos apresenta as diferenças entre as somas dos bens imóveis urbanos e rurais.

12 APERS, Ano: 1913. Autos nº 662. Maço nº 20. Estante: 119. Vacaria/Cartório de órfãos e ausentes. Inventariado: Antonio Telles de Souza. Inventariante: Eduardo Pereira Monteiro.

Gráfico 3.2 Imóveis rurais e urbanos



Elaboração da autora. Fonte Inventários *post-mortem* 1890-1920

Os imóveis urbanos representavam um investimento maior do que os imóveis rurais, o que evidencia também o preço do terreno urbano. No entanto, devemos considerar que as casas das fazendas eram locais de trabalho, sendo que alguns fazendeiros chegavam a residir na área urbana e outros destinavam as habitações urbanas a locais de passeio. Precisamos considerar ainda os estudos arquitetônicos das fazendas que nos mostram que as sedes das fazendas passam a se modificar a partir do final do século XIX adentrando ao século XX, com as influências europeias e a crescente industrialização, como referido por Luccas (2006):

A industrialização urbanizou a sociedade, impondo novas variáveis ao projeto. O adensamento das cidades, o crescente anseio de privacidade e a busca de salubridade pela insolação e ventilação, provocaram o surgimento de arranjos interiores e espaciais mais artificiosos, capazes de satisfazer estas demandas. A partir daquele momento, a edificação não responderia tão somente a poucos problemas semelhantes e de baixa complexidade, mas seria concebida como engenho capaz de satisfazer às variadas pressões dos diferentes contextos e aos apelos mais diversos. (LUCCAS, 2006, p. 15)

Conforme nos explica Luccas (2006), é a partir do século XX que os novos modelos de pensamento passam a modificar os estilos de vida da sociedade sul-rio-grandense, trazendo novas ideias associadas à industrialização e padrões de comportamento. As sedes das fazendas passam a ser reinterpretadas trazendo novas formas de construção associadas ao conforto e ao requinte, como é o caso da fazenda do Socorro que é reconstruída por Lourdes de Noronha.

Lourdes de Noronha era filha de Marcos Flores Noronha, proprietá-

rio da fazenda do Socorro que faleceu em 1929, deixando a mesma para os filhos Lourdes e Abelardo. Lourdes e seu marido passam então a administrar a propriedade e transformam a sua arquitetura seguindo os padrões de requintes da época. A foto 3.1.1 Sede da Fazenda do Socorro (2017) mostra os detalhes da arquitetura da fazenda.

3.1.1 Sede da Fazenda do Socorro (2017)



Fonte: Fotografia da autora (2017)

A proprietária viajou por vários países buscando solucionar o problema de esterilidade que sofria, mesmo sem sucesso em suas buscas, as viagens resultaram em diversas mudanças para a fazenda e para o distante povoado de Vacaria que chegou a receber a visita da condessa de Paris e outros personagens da elite da época como Peter Townsend, um inglês que teria namorado a princesa Ane da Inglaterra, de acordo com o documentário exibido pela RBS no programa Fazendas e Estâncias.¹³ As mudanças acontecem seguindo influências principalmente dos novos costumes parisienses, desencadeados pelo desenvolvimento econômico no pós-guerra. A década de 20 é marcada por transformações que acontecem no meio artístico, literário, provocando modificações nos padrões de vida e comportamento, as mulheres conquistam o direito ao voto e adquirem maior liberdade, o jazz populariza-se nos Estados Unidos e o cinema torna-se o lazer das multidões. É nesse cenário que Lourdes de Noronha traz para

13 Programa Fazendas e Estâncias da RBS TV sobre a Fazenda do Socorro (2010). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Tvsi8Mrpw6w>. Acesso em 30 mar. 2018.

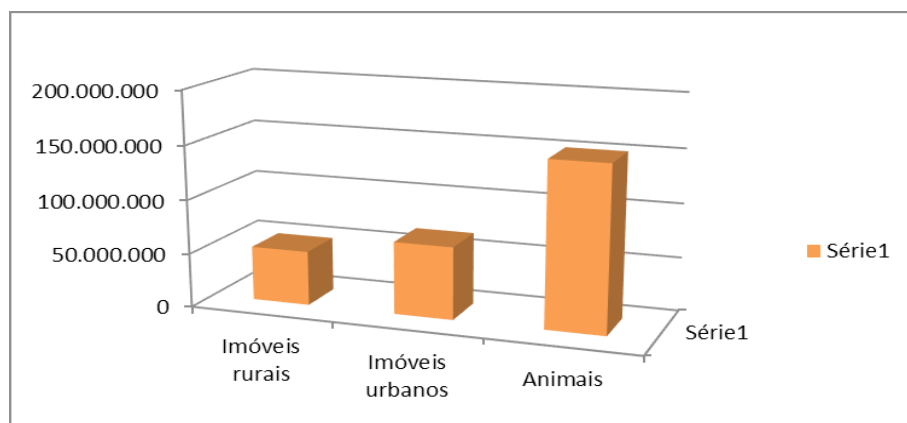
Vacaria novas perspectivas de vida e confortos e cuidados antes tidos como desnecessários para a vida em uma fazenda.

Observamos, portanto, que as mudanças que ocorrem entre a passagem do Império para a República e as transformações que passam acontecer com as mudanças administrativas durante a Primeira República refletem em toda estrutura social e econômica do país. Com o término da escravidão as fazendas recebem um novo olhar, com novas formas de trabalho, de cuidado e preservação do patrimônio, que são moldados pelas novas interpretações de mundo que vão sendo desenvolvidas.

O trabalho antes desempenhado pelos escravos passa a ser realizado por trabalhadores livres e assalariados. As terras antes demarcadas com imprecisão são delimitadas com maior cuidado, já que a valorização econômica das mesmas favorece a comercialização. Do mesmo modo, a organização nas fazendas passa por uma reestruturação, começam a aparecer nos inventários com mais frequências as compras realizadas em armazéns, as propriedades que antes abrigavam um grande número de agregados passam a reduzir o número de moradores. A divisão de heranças mostra que os filhos após casados já não permanecem nas fazendas, como acontecia até o final do século XIX, as terras então, passam a ser divididas em proporções cada vez menores, segundo Pesavento (1980):

O processo que se verificou no Rio Grande do Sul não foi isolado do que ocorreu no restante do país, que desde as últimas décadas do século XIX e, particularmente, nas primeiras décadas do século XX, gerou as condições específicas e históricas para a formação do capitalismo. Pré-condições para que o capitalismo se consolidasse foram a acumulação de capital, a disponibilidade de mão de obra livre, um mercado interno consolidado ou em formação, a existência de matéria-prima e de precários, mas suficientes requisitos tecnológicos, que permitiram uma arrancada inicial (p.17).

Como nos mostra Pesavento, o país estava inserido num contexto capitalista e o Rio Grande do Sul integra-se neste cenário produzindo para o mercado interno que se desenvolvia no país, como evidenciado com a questão das charqueadas e o surgimento dos frigoríficos. Assim, a principal atividade econômica continua sendo a pecuária, onde também se concentra a maior parte das riquezas existentes nas grandes propriedades, conforme nos indica o gráfico 3.4 Imóveis rurais/ Imóveis urbanos vs. Animais.

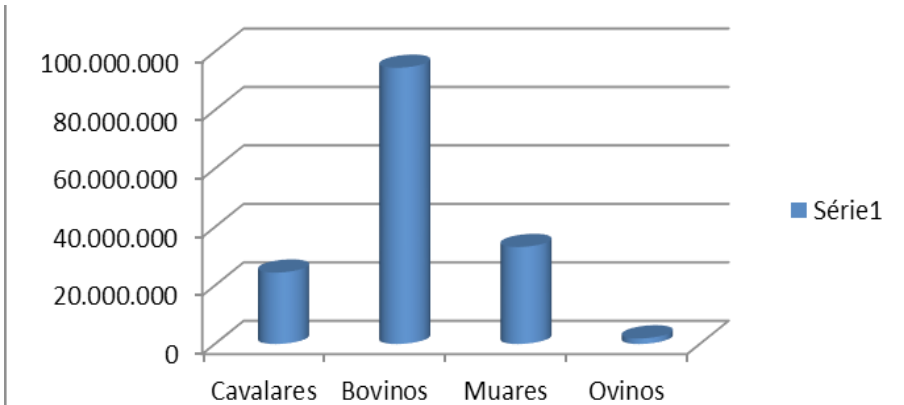


Elaboração da autora. Fonte Inventários *post-mortem* 1890-1920

Assim, considerando a análise realizada a partir dos inventários *post-mortem* evidenciamos que, sem dúvida as concentrações de riquezas entre os bens inventariados incidiam diretamente sobre as terras e rebanhos. As casas ainda eram construídas de modo simples no início do século XX e dificilmente encontramos dinheiro entre as heranças deixadas. Entre os patrimônios rurais as maiores riquezas giravam entre terras e rebanhos, sendo descritos poucos instrumentos de trabalho voltados para a agricultura, demonstrando que as práticas agrícolas ainda se voltavam para o âmbito familiar.

4 Os rebanhos

De acordo com o historiador Mário Maestri, no “Rio Grande do Sul apenas no início do século XX, em atraso com relação ao Uruguai e Argentina, a atividade pastoril começou a introduzir-se na esfera da produção capitalista” (2010, p. 114). Observamos que ocorreu um aumento no preço dos animais, sendo que a venda do gado passa a ser substituída pela venda do couro, da carne e derivados. Quando comparamos a soma dos valores dos rebanhos, evidenciamos que o gado bovino merece destaque, já que correspondem a maior porcentagem entre os animais existentes nas fazendas, os muares, mesmo em menores contingente ultrapassam a soma conferida ao preço total dos cavalos nas fazendas. Os ovinos aparecem em números bem menores, como é possível perceber no gráfico 3.2 Rebanhos em Vacaria no início do século XX.



Elaboração da autora. Fonte Inventários post-mortem 1890-1920

De modo que, os maiores proprietários de campos eram também donos dos maiores rebanhos, como é caso de José Paim de Andrade. Seu inventário (1912)¹⁴ aponta que existia em sua fazenda quando de seu falecimento o total de 600 reses, 24 mulas, 32 éguas, entre outros animais. A ele pertencia também uma parte de campos e matos na fazenda Morro Grande no segundo distrito do município com área aproximada de 29 milhões e 500 mil metros quadrados, no valor de 37 contos 999 mil réis. Casa e benfeitorias no valor de 2 contos e 800 mil réis; campos na fazenda Capão Redondo, por 3 contos e 100 mil réis; uma parte de campos e matos na fazenda São Pedro no valor de 15 contos 905 mil réis; uma parte de campos na Invernada Velha Moura Grande, por 2 contos e 50 mil réis, uma invernada no valor de 32 contos 496 mil réis; casa e benfeitorias por 600 mil réis; entre outras porções de terras citadas, onde se inclui um terreno no município de Gravataí.

Comprovamos assim, que Vacaria, até meados de 1930, era um espaço destinado principalmente às atividades pecuaristas e que a presença de grandes estâncias na região é confirmada pela documentação histórica analisada. O gado bovino representa, de acordo com nossos estudos, o maior percentual entre os animais inventariados e era comum que mesmo o pequeno proprietário de terras possuísse algum rebanho.

CONCLUSÃO

Buscamos neste trabalho analisar a estrutura agrária do Rio Grande

¹⁴ APERS. Ano: 1912. Autos nº 659. Maço nº 19. Estante: 119. Vacaria/ Cartório de Órfãos e Ausentes. Inventariado: José Paim de Andrade. Inventariante: Velocino Paim de Andrade.

do Sul durante a Primeira República Brasileira (1889-1930) usando como fonte de pesquisa inventários *post-mortem* do município de Vacaria. Em nosso estudo identificamos que as fazendas eram, sobretudo, voltadas para a produção pecuarista e que algumas famílias possuíam extensas áreas de terras com rebanhos expressivos. Considerando a análise dos inventários *post-mortem* e relação de bens deixados, evidenciamos que a criação de gado bovino constituía a principal atividade econômica da região, sendo mencionada a existência de diversas internadas entre os bens descritos. O número de animais nos rebanhos indica que a criação se destinava à venda, outro fato que aponta para o destaque da produção de gado bovino é a existência de internadas em grande parte das terras inventariadas.

Sobre a presença da agricultura em Vacaria, observamos que sua prática era usual nas fazendas, mas não encontramos nos inventários analisados evidências de que houvesse produções em larga escala, já que enxadas e outros instrumentos agrícolas raramente são referidos, apontando sempre para a tendência de um ou dois exemplares por propriedade. Assim, como não aparecem arados, ou outros instrumentos agrícolas entre os bens listados nos inventários. Destacamos, portanto, que até meados de 1930 Vacaria voltava-se diretamente para a criação de gado, estando a agricultura mais diretamente voltada para o consumo interno das fazendas.

Evidenciamos também que ocorre uma valorização das terras como produto comercial, expressas pelas avaliações conferidas às mesmas. Durante o século XIX, e principalmente antes da Lei de Terras de 1850, os inventários indicavam para um patrimônio alicerçado nos rebanhos, no gado, muars. Já no primeiro trintídio do século XX, as terras representam somas mais significativas quando comparadas às somas dos preços em que são avaliados os rebanhos.

As sedes das fazendas, em geral continuam sendo avaliadas como casas simples, muitas vezes em mau estado, mesmo em casos em que a proporção de terras e animais indicam se tratar de uma grande propriedade. Isso acontece porque não havia a preocupação do conforto, do requinte para um local considerado como espaço de trabalho, pois os estancieros também possuíam casas e terrenos urbanos ou mesmo casas de comércio. No decorrer do século XX é que as mudanças de pensamento, de padrões de vida e comportamento associados a um desenvolvimento industrial passam a se refletir na sociedade. Através da influência da cultura europeia pouco a pouco as fazendas vão ser transformadas com novos detalhes em sua arquitetura, com construções mais voltadas para a beleza e conforto. Mas entre as propriedades que analisamos verificamos que em sua grande maioria eram construções rústicas.

Quanto à soma total dos investimentos entre imóveis rurais e urbanos podemos dizer que os valores foram relativos, com um pequeno destaque para os imóveis urbanos. Era comum que os fazendeiros tivessem casas nos centros urbanos e muitas vezes em outros municípios, porém suas riquezas concentravam-se enfaticamente no meio rural. Entre os animais existentes nos rebanhos encontramos o mesmo perfil dos rebanhos do século XIX, sendo compostos principalmente de gado bovino, havendo também cavalos, mulas e ovelhas.

Identificamos a presença de grandes latifundiários que possuíam concentrações significativas de terras na região de Vacaria. Estes fazendeiros eram também proprietários de campos em outras localidades, além de possuírem imóveis urbanos. Os fazendeiros mais abastados concentravam suas riquezas patrimoniais especialmente entre terras e gado. Em alguns casos encontramos a presença de lavouras sendo mencionadas em inventários, mas até o momento não podemos precisar a abrangência das mesmas. Entre os bens inventariados havia propriedades que abrangiam apenas um pedaço de campo com alguns animais, por vezes em número menor de 10. Em outras situações foram inventariados apenas campos usados como locais de invernadas, ou apenas animais, que indicam a presença de arrendatários.

As transmissões de heranças seguem os mesmos padrões de partilhas usuais no século XIX, sendo retirada a meação da viúva(o) e dividido o total restante entre os herdeiros filhos do casal. No caso que o herdeiro filho já houvesse falecido, sua herança era repartida de modo igual entre os herdeiros netos. A abertura do inventário também representava o pagamento das dívidas deixadas, sendo que às vezes a família precisava ceder grande parte da herança para credores. A divisão de bens nos mostra as articulações familiares para preservar seus patrimônios, outras vezes representam a perda de riquezas e até o seu declínio social.

Ao final deste artigo acadêmico queremos enfatizar que nosso trabalho encontra-se em fase inicial e informações mais detalhadas serão possíveis na sequência de nossa pesquisa, no entanto, ao que se refere à história agrária do Rio Grande do Sul ainda resta muito para ser estudado.

REFERENCIAS

APERS. Ano: 1889. Autos n. 315. Maço: 9. Inventariado: Theodoro Joaquim da Silva. Inventariante: João Propício da Silva Filho.

APERS. Ano: 1890. Autos n. 322. Maço: 9. Estante: 119. Inventariado: Constan-

tino José de Souza. Inventariante: Manoel Ignácio Cabral.

APERS. N°: 11. Ano: 1911. Autos n. 651. Maço n. 19. Estante 119. Vacaria/ Cartório de órfãos e Ausentes. Inventariado: José Braz Linhares/Inventariante: Lourenço Braz Linhares

APERS. N° 1. Ano: 1912. Autos n. 19. Estante: 119. Vacaria/Cartório de Órfãos e Ausentes. Inventariado: José Telles de Souza/Inventariante: Margarida Telles de Souza.

APERS. Número: 15. Ano: 1912. Autos n. 656. Maço: 19. Estante: 119. Inventariado: Felisbino Braz Linhares. Inventariante: Maria Francisca Subtil.

APERS. N° 4. Ano: 1912. Autos n. 658. Maço: 19. Estante: 119. Vacaria/ Cartório de órfãos e ausentes. Inventariado: João Julio de Oliveira/ Inventariante: Alfredo Julio de Oliveira.

APERS. N° 4. Ano: 1912. Autos n. 658. Maço: 19. Estante: 119. Vacaria/ Cartório de órfãos e ausentes. Inventariado: João Julio de Oliveira/ Inventariante: Alfredo Julio de Oliveira.

APERS. N°: 3. Ano: 1913. Autos n. 662. Maço n. 20. Estante: 119. Vacaria/Cartório de órfãos e ausentes. Inventariado: Antonio Telles de Souza/Inventariante: Eduardo Pereira Monteiro.

APERS. Ano: 1913. Autos: 665. Maço 119. Inventariado: Juvencio Vieira Borges/Inventariante: João Borges de Oliveira.

BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Vacaria dos Pinhais*. Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1978.

BARROS, A. M. J. História, região e espacialidade. *Revista de História Regional*, v. 10, n. 1, p. 95-120.

BORGES, Maria Neli. *A fazenda do Socorro*. Vacaria: Interfaces, 2010. 1 cd – rom.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk, 2008.

IBGE. *Biblioteca*: Vacaria. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riograndedosul/vacaria.pdf>>. Acesso em 09 ago. 2017.

IBGE. *Pesquisa Pecuária Municipal*: Vacaria: 2015. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/quadros/brasil/2015>>. Acesso em: 06 ago. 2017.

FEIX, Rodrigo Daniel; LEUSIN JÚNIOR, Sérgio. *Painel do agronegócio no Rio Grande do Sul* — 2015. Porto Alegre: FEE, 2015. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2015/09/20150903painel-do-agronegocio-no-rs-2015.pdf>> Acesso em: 06 ago. 2017.

LUCCAS, Luiz Henrique. *Estâncias e fazendas do Rio grande do Sul*: arquitetura tradicional da Pecuária. Porto Alegre: Faculdade de Arquitetura/UFRGS: 2006. Disponível em: <<http://www.iau.usp.br/sspa/arquivos/pdfs/pa->

pers/01503.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2018.

MACHADO, Ironita P. *Entre justiça e lucro: Rio Grande do Sul 1890-1930*. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2012.

MAESTRI, Mário. Círculo de Ferro: Milcíades Peña e o capitalismo pastoril argentino. In: MAESTRI, Mário. SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo. ESSELIN, Paulo (Org.) *Peões, vaqueiros e cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoril no Brasil*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2010.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito a terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

_____. *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, Lavradores e Comerciantes na Constituição da Estremadura Portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Fluminense, Niterói, 1999.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *República Velha Gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores*. Porto Alegre: Movimento, 1980.

PINTO, Lourdes de Noronha. *Antigas fazendas do Rio Grande do Sul*. [S.l.]: Ipiranga Serrana, 1989.

PINTO, Lourdes Noronha de. *Europa nos anos dourados: diário de uma viagem ao velho mundo nos anos 50*. Porto Alegre: [s.n.], 1990.

VILAR, Pierre. *Uma história total, uma história em construção*. Bauru: EDUSC, 2007.

TEDESCO, João Carlos. *Conflitos agrários no Norte do Rio Grande do Sul: indígenas e agricultores*. Passo Fundo: IMED, 2014.

ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

ANEXO

Terras	Imóveis urbanos	Imóveis rurais	Cavacos diversos Valor por unidade	Cavacos marmoscos Valor por unidade	Potros Valor por unidade	Reses Valor por unidade	Reses de ano para cima até 3 anos Valor por unidade	Terneiros Valor por unidade	Mulas diversas Valor por unidade	Ovelhas Valor por unidade	Éguas valor por unidade	Boi Valor por unidade	Burro Valor por unidade
15.000.000	6.000	600.000	20.000	50.000	30.000	45.000	35.000	18.000	65.000	3.000	25.000	90.000	200.000
4.000.000	2.000.000	1.500.000	50.000	4.000	25.000	28.000	25.000	60.000	4.000	22.000	55.000	80.000	80.000
1.000.000	265.475	700	50.000	54.000	15.000	50.000	35.000	25.000	50.000	4.000	30.000	80.000	50.000
15.000.000	2.300.000	2.000.000	40.000	30.000	30.000	60.000	40.000	30.000	50.000	5.000	10.000	55.000	300.000
15.700.000	24.000.000	10.000.000	60.000	50.000	20.000	50.000	30.000	8.000	25.000	1.000	30.000	80.000	37.000
66.000.000	1.800.000	2.800.000	45.000	30.000	18.000	55.000	70.000	3.000	16.000	1.000	35.000	60.000	40.000
12.000.000	15.000.000	600.000	16.000	35.000	15.000	10.000	35.000	6.000	8.000	7.000	20.000	80.000	40.000
37.999.000	12.000.000	600.000	13.000	40.000	15.000	2.000	25.000	20.000	10.000		20.000	80.000	5.000
3.100.000	8.250.000	800.000	90.000	50.000	25.000	6.000	4.000		10.000		3.000	60.000	
2.050.000	1.500.000	100.000	60.000	16.000	8.000	12.000	9.000	90.000			3.000	30.000	
15.905.000		100.000	80.000	8.000	5.000	12.000	12.000	110.000			4.000	16.000	
32.496.000		800.000	80.000	20.000	5.000	40.000	8.000	70.000			10.000	16.000	
2.250.000		600.000	80.000	20.000	10.000	35.000	8.000	110.000			4.000	22.000	
13.900.000		3.000.000	20.000	12.000	55.000	60.000	10.000	70.000			2.000	16.000	
1.700.000		2.700.000	120.000	6.000	20.000	70.000	8.000	60.000			7.000	25.000	
500.000		100.000	120.000	18.000	90.000	70.000	70.000	50.000			5.000	24.000	
16.500.000		200.000	80.000	20.000	55.000	70.000	70.000	20.000			7.000	100.000	
5.000.000		600.000	70.000	16.000	20.000	10.000	25.000	110.000			5.000	100.000	
750.000		200.000	30.000	20.000	90.000	13.000	25.000	80.000			7.000	80.000	
16.000.000		150.000	40.000	16.000	65.000	1.000	40.000	30.000			13.000	20.000	
900.000		90.000	90.000	14.000	25.000	8.000	60.000	50.000			8.000	90.000	
21.120.000		500.000	500.000	16.000	20.000	5.000	25.000	130.000			4.000	100.000	
600.000		500.000		30.000		10.000	45.000	22.000			6.000	100.000	
7.000.000		60.000		20.000		8.000	30.000	125.000			5.000	65.000	
4.000.000		800.000		12.000		10.000		50.000			80.000	25.000	
400.000		1.400.000		10.000		4.000		110.000			40.000	100.000	
2.800.000		2.500.000		14.000		8.000		55.000			80.000		
1.200.000		1.300.000		100.000		55.000		50.000			40.000		
7.000.000		800.000		40.000				100.000			50.000		
500.000		500.000		90.000				130.000			25.000		
4.000.000		2.200.000		70.000							45.000		
1.000.000		400.000		100.000				180.000			70.000		
400.000		200.000		80.000							20.000		
420.000		2.400.000		40.000							20.000		
350.000		200.000		12.000							50.000		
1.300.000		50.000		90.000							50.000		
700.000		2.400.000									25.000		
90.000		200.000									40.000		
1.875.000		50.000									20.000		
375.000		800.000									15.000		
3.000.000		30.000											
14.000		100.000											
3.000		300.000											
1.200.000		500.000											
7.000.000		240.000											
4.000.000		4.000.000											
800.000		250.000											
900.000		400.000											
6.000.000		100.000											
400.000													
300.000													
2.400.000													
500.000													
100.000													
2.600.000													
18.000.000													
2.000.000													
32.000.000													
6.000.000													
2.000.000													
32.000.000													
9.549.600													
6.529.810													
6.000.000													
2.000.000													
1.000.000													
500.000													
16.000.000													
12.000													
4.750.000													
12.000.000													
4.750.000													
500.000													
1.500.000													
1.200.000													
600.000													
125.000													
400.000													
180.000													
30.000													
1.200.000													
300.000													
250.000													
550.000													
60.000													
300.000													
600.000													
740.000													
250.000													
740.000													
6.500.000													
14.800.000													
100.000													
20.000.000													
6.000.000													
25.000.000													
3.000.000													
12.000.000													
1.500.000													
1.400.000													
1.200.000													
60.000													
600.000													
240.000													
10.000													
1.200.000													
1.000.000													
2.000.000													
600.000													
700.000													
500.000													
900.000													

Tabela 1.1 Avaliação dos bens inventariados